

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2026.

No dia 18 de agosto de 2026 reuniram-se, às 14h00min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Eugenio Mozart, presidente do Conselho Fiscal, Daniel Vieira Diretor-Presidente do IPREM e a Diretora de Finanças, Evelyn de Sousa Faria. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 2) Apresentação das Receitas e Despesas de Julho/2026;**
- 3) Apresentação do cenário econômico;**
- 4) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM;**

Quanto ao item 1: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a julho. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal de R\$ 1.860.674,25, no percentual de 0,36%. A rentabilidade acumulada no ano é de R\$ 28.440.777,17, equivalente ao percentual de 5,80%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 376.184,31 representando o percentual de -2,15%. A rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 6.564.625,72 no percentual de -27,65%. Na **carteira total**, no mês de julho, o resultado negativo foi de R\$ 1.484.489,94, equivalente ao percentual de 0,28%. A rentabilidade anual é de R\$ 21.876.151,45, equivalente ao percentual de 4,25%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 5.272/2025, porém há 5 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 2: A Diretora de Contabilidade Interina encaminhou as informações referentes às Receitas previdenciárias recebidas e as Despesas previdenciárias pagas referentes ao mês de julho de 2026, que foram apresentadas conforme segue: No mês 07/2026 podemos analisar o relatório de demonstrativo das receitas, onde as receitas totais previdenciárias somaram R\$58.535.459,73, sendo, contribuições PMPA: R\$7.632.178,05 (18000001111); PMPA DESCONGELA: R\$4.470.869,82 (18000001111); contribuições CMPA: R\$352.934,08 (18000001121); contribuições IPREM: R\$64.081,77 (18000001111); COMPREV: R\$195.061,30 (18000000000); Contribuição Inativos: R\$42.727,51 (18000001111) e R\$13.227,00 (18000001121); Contribuição Pensionistas: R\$332,95 (18000001111); LSV + Parcelamento LSV: R\$4.442,18 (18000000000), Aluguel do Terreno: R\$16.210,00 (18000000000) e Resgate Total de Fundos: R\$45.743.395,07 (18000000000), que compreendem os seguintes fundos e respectivos valores, BCO Itaú – Renda Fixa IMA-B Ativo FICFI, com R\$1.457.904,63; BCO Itaú – Institucional Alocação Dinâmica RF FICFI, com R\$5.171.058,09; BCO Itaú – Institucional Global Dinâmico RF LP FIC, com



R\$26.438.109,75; BCO Itaú – Institucional Renda Fixa IMA-B 5 FIC, com R\$3.995.303,67; BCO Banco do Brasil – Prev RF IRF-M 1+, com R\$432.755,28; BCO Caixa – Caixa FI Brasil IMA-B5 TP RF LP, com R\$7.070.511,05; e BCO Caixa – Caixa FI Brasil IRF-M RF LP, com R\$1.177.752,60. E conforme o relatório de consolidação geral da despesa, as despesas totais previdenciárias do mês 07/2026 atingiram o montante de R\$13.208.540,67, com destaque para: Aposentadorias: R\$7.860.151,49 (18000001111) e R\$184.086,16 (18000001121); Pensões: R\$814.718,73 (18000001111); COMPREV: R\$851,15 (18000001111) e Indenizações e Restituições: R\$18.817,39. No mês 07/2026 foi pago ainda a 1º parcela do 13º salário, no valor total de R\$4.329.915,75; sendo, Aposentadorias: R\$3.835.964,78 (18000001111) e R\$92.043,10 (18000001121); Pensões: R\$401.907,87 (18000001111). Podemos chegar a conclusão que no mês 07/2026 ocorreu um déficit frente a receita de contribuição total versus pagamento de benefícios no montante de -R\$668.808,41, e um superávit entre a receita total versus a despesa total no valor de R\$45.326.919,06.

Quanto ao item 3: O "Boletim RPPS" da Caixa trouxe informações à respeito do cenário macroeconômico internacional, destacando-se a desaceleração da atividade nas principais economias e a permanência de riscos inflacionários. Nos Estados Unidos, observou-se moderação dos índices de inflação e menor ritmo de crescimento econômico e de geração de empregos, embora o Federal Reserve tenha mantido os juros entre 3,50% e 3,75% ao ano diante da inflação ainda acima da meta. Na Zona do Euro, a atividade mostrou recuperação moderada, com crescimento do PIB de 0,4% no segundo trimestre, ao mesmo tempo em que persistiram pressões inflacionárias associadas a serviços e energia. Na China, o crescimento perdeu força no segundo trimestre, sustentado principalmente pela indústria, permanecendo frágil a demanda doméstica. Registrou-se, ainda, aumento da volatilidade internacional em razão do agravamento do conflito entre Estados Unidos e Irã, que impulsionou os preços do petróleo. No cenário doméstico, os indicadores apontaram moderação da atividade econômica, com recuo da produção industrial e do volume de serviços, enquanto o comércio varejista manteve crescimento marginal e a taxa de desemprego caiu para 5,4% no trimestre encerrado em junho. A inflação apresentou evolução mais favorável, com o IPCA registrando variação de 0,07% em julho e acumulando 4,44% em doze meses, observando-se redução da disseminação das altas de preços, apesar da aceleração dos serviços. No campo fiscal, o setor público consolidado apresentou déficit primário de R\$ 55,3 bilhões em junho e de R\$ 157,2 bilhões em doze meses, equivalente a 1,19% do PIB, enquanto a dívida bruta alcançou 81,9% do PIB, mantendo o quadro fiscal como relevante fator de atenção. Quanto à política monetária, registrou-se que o Copom reduziu a taxa Selic de 14,25% para 14,00% ao ano em sua reunião de agosto de 2026, dando continuidade ao processo gradual de flexibilização monetária, embora mantendo a política em nível contracionista. A decisão foi fundamentada na desaceleração recente da inflação e nos sinais de moderação da atividade, permanecendo, contudo, riscos relacionados às expectativas inflacionárias acima da meta, à inflação de serviços, ao câmbio, aos preços do petróleo e da energia e à situação fiscal. A Pesquisa Focus



de 7 de agosto indicava expectativa de Selic de 13,75% ao final de 2026, com redução gradual nos anos seguintes, enquanto as projeções para o IPCA permaneciam acima da meta de 3,00% nos horizontes mais próximos. Por fim, registrou-se ambiente relativamente favorável aos mercados financeiros, embora sujeito a riscos e maior volatilidade. Na renda fixa, a perspectiva de continuidade gradual dos cortes de juros tornou o cenário mais construtivo, sem afastar a necessidade de acompanhamento da inflação, das expectativas, do quadro fiscal e do ambiente externo. Na renda variável, o Ibovespa avançou 3,47% em julho, alcançando 177.999 pontos, favorecido pela retomada do fluxo estrangeiro e pelos dados de inflação doméstica melhores que o esperado, acumulando valorização de 10,47% em 2026. Para os investimentos, o documento ressalta que a manutenção de juros elevados ainda favorece ativos pós-fixados, enquanto a perspectiva de queda gradual da Selic pode ampliar o interesse por títulos prefixados e indexados à inflação, devendo as decisões de alocação considerar horizonte, liquidez, volatilidade e objetivos das carteiras.

Quanto ao item 5: Foram sugeridas as seguintes movimentações:

1. Resgate total do fundo “Aliança”, no valor de aproximadamente R\$ 15.300.000,00 para aplicação no fundo “Caixa Topázio”, a ser credenciado, CNPJ 11.061.230/0001-87.

Justificativa. A movimentação dos recursos tem por objetivo otimizar a rentabilidade líquida da carteira do RPPS, mediante a transferência entre fundos enquadrados no art. 7º, inciso I, da Resolução CMN nº 5.272/2025, priorizando fundos com menor taxa de administração e, consequentemente, menor impacto de custos sobre os investimentos. **Risco de crédito:** é baixo, considerando que tanto o fundo objeto do resgate quanto o fundo de destino possuem carteira composta predominantemente ou integralmente por títulos públicos federais, cujo risco de inadimplemento está associado à capacidade de pagamento do Tesouro Nacional. A realocação, portanto, desde que mantida a exposição exclusiva ou preponderante a títulos públicos federais, não representa aumento relevante do risco de crédito da carteira. **Risco de mercado:** Embora ambos os fundos estejam expostos a títulos públicos federais, sua volatilidade pode variar significativamente de acordo com os títulos que compõem a carteira, seus indexadores, prazos de vencimento, duration e índices de referência utilizados. Assim, o resgate e a subsequente aplicação poderão reduzir, manter ou ampliar o risco de mercado conforme as características do fundo de destino em comparação com o fundo de origem. Deve-se considerar, ainda, que o resgate materializa o valor da cota na data de conversão, podendo consolidar ganhos ou perdas acumulados, e que oscilações das taxas de juros entre o resgate e a nova aplicação constituem risco adicional de execução. **Risco jurídico:** permanece baixo, condicionado à observância dos requisitos normativos aplicáveis ao RPPS. A operação deverá estar compatível com a Política de Investimentos vigente, com os limites e



condições estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como com as normas do Ministério da Previdência Social e com os procedimentos internos do Instituto. Serão previamente verificados o enquadramento do fundo de destino na categoria de investimento autorizada, o regular credenciamento das instituições envolvidas, a adequação dos limites de concentração e a competência das instâncias responsáveis pela decisão. **Risco operacional:** baixo, estando relacionado principalmente aos procedimentos necessários para o resgate, liquidação financeira e aplicação dos recursos no novo fundo. Devem ser observados os prazos de cotização e liquidação previstos nos regulamentos de ambos os fundos, os horários-limite para movimentação, a correta identificação das contas e valores e a possibilidade de existência de intervalo entre a disponibilização dos recursos resgatados e sua efetiva aplicação. Eventuais falhas de processamento, erros de instrução ou atrasos podem provocar indisponibilidade temporária dos recursos ou perda de oportunidade decorrente de movimentos de mercado. **Risco sistêmico:** baixo no que se refere especificamente à operação de realocação, uma vez que a transferência entre dois fundos de títulos públicos não altera substancialmente a exposição do Instituto ao sistema financeiro nacional. Ressalva-se, entretanto, que ambos os investimentos permanecem sujeitos aos efeitos de eventos sistêmicos capazes de provocar forte elevação das taxas de juros, deterioração das expectativas fiscais, restrições de liquidez ou elevada volatilidade no mercado de títulos públicos. A mudança de fundo, portanto, não elimina a exposição aos fatores macroeconômicos e fiscais brasileiros, podendo aumentá-la ou reduzi-la conforme a duration, os indexadores e a estratégia adotada pelo fundo de destino. **A movimentação foi aprovada por unanimidade. // 2. Aplicação de R\$ 12.207.385,55, referente à amortizações de NTN-Bs 2026, e R\$ 4.907.343,01 referente à cupons de juros de NTN-Bs anos pares, alocados R\$ 8.557.364,28 no fundo “Caixa Topázio” e R\$ 8.557.364,28 no fundo Caixa Brasil Referenciado DI. Justificativa:** A movimentação tem por objetivo reduzir a exposição da carteira a ativos de crédito privado e ampliar a participação em investimentos com maior concentração em títulos públicos federais, contribuindo para a redução do risco de crédito e para maior segurança e liquidez da carteira, sem prejuízo da observância do risco de mercado e da estratégia de alocação definida na Política de Investimentos do RPPS. **Risco de crédito:** baixo, considerando que a parcela destinada ao Fundo Caixa Topázio não mantém exposição a títulos de crédito privado, enquanto a alocação no Caixa Brasil Referenciado DI, fundo de renda fixa de baixa duração e grau de investimento, contribui para maior diversificação. **Risco de mercado:** baixo, tendo em vista a característica referenciada ao DI dos fundos de destino e a menor sensibilidade esperada às oscilações das taxas de juros em comparação com posições de maior duration, permanecendo, contudo, sujeitos à marcação a mercado. **Risco jurídico:** baixo, condicionado à manutenção do enquadramento dos fundos e da operação às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, à Política de Investimentos e aos demais requisitos aplicáveis aos RPPS. **Risco operacional:** baixo, relacionado principalmente ao correto processamento das aplicações, à liquidação financeira e aos controles internos, sendo mitigado pela utilização de instituição financeira devidamente



credenciada e pela conferência das movimentações. **Risco sistêmico:** baixo, embora os investimentos continuem sujeitos aos efeitos de eventuais alterações relevantes no cenário fiscal, monetário ou de liquidez do sistema financeiro. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** // **3. Aplicação de R\$ 198.187,03, referente ao COMPREV, no fundo “Caixa Brasil Referenciado DI”.** **Justificativa:** justifica-se pela busca de rentabilidade compatível com as taxas de juros de curto prazo, elevada liquidez e preservação do capital, mantendo os recursos em investimento de perfil conservador e adequado às necessidades de caixa do RPPS. **Risco de crédito:** baixo, em razão da qualidade de crédito dos ativos integrantes da estratégia; **Risco de mercado:** baixo, embora permaneça sujeito às oscilações das taxas de juros e à marcação a mercado; **Risco jurídico:** baixo, observados o enquadramento previsto na Resolução CMN nº 5.272/2025, a Política de Investimentos e o credenciamento das instituições envolvidas; **Risco operacional** baixo, relacionado principalmente aos procedimentos de aplicação, liquidação e controle da movimentação; **Risco sistêmico:** baixo, embora o investimento permaneça sujeito a eventuais impactos decorrentes de crises financeiras, alterações relevantes na política monetária ou deterioração das condições econômicas gerais. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** // **4. O Instituto deverá pagar R\$ 851,15 de COMPREV, e os recursos serão resgatados do fundo “BB Perfil”.** **A movimentação foi aprovada por unanimidade.**

Por fim, o Comitê de Investimentos registra que tomou ciência do Estudo de Asset Liability Management – ALM Estocástico 2026, elaborado com data-base de 30 de junho de 2026, cujo objetivo consiste em avaliar de forma integrada os ativos e passivos do Plano, considerando a necessidade de caixa e a projeção das reservas matemáticas, bem como o controle de liquidez, o acompanhamento da solvência e as projeções de retorno da carteira. O estudo utiliza cenários econômicos e projeções estocásticas dos principais índices de mercado, combinados ao fluxo atuarial, com vistas à otimização da carteira e à mitigação dos riscos de liquidez e solvência, buscando o ponto mais adequado entre risco e retorno. Foi apresentado que, dentre as carteiras integrantes da fronteira eficiente, o estudo selecionou composição com retorno real projetado de 7,27% ao ano e volatilidade de 2,68%, resultando em carteira ótima, sobre patrimônio de R\$ 545.682.311,39, composta por 63,57% em NTN-Bs, 14,72% em CDI, 5,58% em MSCI, 3,74% em ativos indexados ao IPCA, 3,54% em S&P, 3,47% em IDKA IPCA 2A, 3,18% em ativos estressados e 2,20% em Ibovespa. O relatório ressalta, ainda, que as sugestões se referem à composição dos indexadores da carteira, cabendo à unidade gestora a escolha dos produtos, observados os credenciamentos vigentes e as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025. Quanto às principais realocações propostas, o estudo recomenda elevar a participação das NTN-Bs de 60,11% para 63,57%, com redução dos títulos de vencimentos 2045, 2050 e 2060 precificados a mercado e aumento da parcela de títulos precificados na curva, especialmente nos vencimentos de 2045, 2055 e 2060. Recomenda, ainda, a redução integral das exposições ao IMA-B e ao IRF-M, o aumento da exposição ao IDKA IPCA 2A de 0,04% para 3,47%, pequeno acréscimo da



parcela vinculada ao CDI/SELIC, de 14,27% para 14,72%, e expressiva redução da exposição à bolsa local, de 7,05% para 2,20%. Em contrapartida, sugere ampliação da diversificação internacional, com alocação de 3,54% ao S&P e manutenção da exposição ao MSCI, bem como a manutenção temporária de 3,18% nos ativos estressados em razão da falta de liquidez, recomendando-se o desinvestimento desses ativos à medida que se torne possível e a adoção das medidas de contingenciamento aplicáveis. Registrou-se que as projeções realizadas indicam que a carteira sugerida apresenta probabilidade praticamente nula de insuficiência de caixa, mesmo com o aumento da alocação em títulos marcados na curva, considerando as receitas dos investimentos e o pagamento do fluxo atuarial. As simulações apontam, igualmente, perspectiva de crescimento positivo dos ativos financeiros do Plano nos próximos anos e probabilidade reduzida de rentabilidade negativa, tendendo a níveis próximos de zero no longo prazo. Diante dos resultados apresentados, o Comitê de Investimentos registrou ciência do Estudo ALM Estocástico 2026 e de suas conclusões e recomendações, para subsidiar o acompanhamento e as futuras decisões relativas à gestão dos investimentos do Instituto.

O Comitê de Investimentos registra ainda ciência de documentação relativa à Consulta Formal aos cotistas do Fundo de Investimento Imobiliário MACAM Shopping – BLUE11, que contempla, entre as principais matérias, a substituição dos atuais prestadores de serviços essenciais, com proposta de eleição da Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. para as funções de administradora, custodiante, controladora e escrituradora, e da Genial Gestão Ltda. para a gestão do Fundo, tendo ficado prejudicadas as alternativas envolvendo Trustee DTVM e Mérito DTVM em razão da ausência de propostas formais. A consulta também abrange a contratação da Legatus Capital Gestora de Recursos Ltda. para consultoria técnica especializada pelo prazo de seis meses, o apoio à auditoria de transferência, a contratação de auditoria contábil independente, a possível alteração da denominação do Fundo para “FII Blue Malls” ou “FII Emporium Shopping”, bem como medidas destinadas ao custeio e à regularização financeira do Fundo. Em relação à proposta da Genial, registrou-se que a Genial Investimentos assumiria a administração fiduciária, custódia e escrituração, enquanto a Genial Gestão exerceria a gestão, mediante remuneração total correspondente a 1,00% ao ano sobre o patrimônio líquido, observado o mínimo mensal de R\$ 195.000,00 e o máximo de R\$ 295.000,00, corrigidos anualmente pelo IPCA, além de taxa de performance de 1,25% sobre o valor de venda de cada shopping investido. A proposta prevê ainda a realização de diligências e reavaliação dos ativos, com indicação de que os ajustes poderão impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo, além de permitir que despesas sejam temporariamente suportadas pelas sociedades investidas para posterior reembolso. A planilha de despesas, com data-base de 04/08/2026, registra pendências no total de R\$ 26.934.004,13, abrangendo taxas de administração, gestão e escrituração, auditoria, CETIP, consultoria e reembolso de taxa da CVM, com destaque para o lançamento de aproximadamente R\$ 15,61 milhões referente à taxa de administração/implantação do Banco



BTG. A Consulta prevê, para equacionamento dessas obrigações, tanto o adiantamento de recursos pelas sociedades investidas, com posterior recapitalização, quanto a realização de chamada de capital aos cotistas para cobertura das despesas e formação de reserva equivalente a três meses dos custos recorrentes. Por fim, foram examinadas as demonstrações financeiras do Fundo referentes ao exercício de 2024, sobre as quais os auditores independentes emitiram opinião sem modificação, concluindo que representam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo, ressalvada ênfase quanto à elevada concentração dos recursos em ações de companhias fechadas, avaliadas em R\$ 494,233 milhões, equivalentes a 103,17% do patrimônio líquido, cuja mensuração depende de estimativas e julgamentos relevantes. No exercício, o Fundo registrou prejuízo de R\$ 196,679 milhões, influenciado principalmente por ajuste negativo de R\$ 188,061 milhões no valor justo dos investimentos, encerrando 2024 com patrimônio líquido de R\$ 479,028 milhões, ante R\$ 595,707 milhões em 2023. A aprovação dessas demonstrações integra expressamente as matérias submetidas aos cotistas, juntamente com a autorização para a prática dos atos necessários à implementação das deliberações da Consulta Formal. Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 17h48min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente

André Albuquerque
Membro

Eugenio Mozart
Membro

Evelyn de Sousa Faria
Membro

